



INSS

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

CONCURSO PÚBLICO

CARGO:

PERITO MÉDICO PREVIDENCIÁRIO

PROVAS OBJETIVAS

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Confira atentamente se os seus dados pessoais e os dados identificadores do seu cargo transcritos acima estão corretos e coincidem com o que está registrado em sua folha de respostas. Confira também o seu nome e o nome de seu cargo em cada página numerada deste caderno de provas. Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua folha de respostas, correspondentes às provas objetivas. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito ou apresente divergência quanto aos seus dados pessoais ou quanto aos dados identificadores do seu cargo, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da **folha de respostas**, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:
A maneira com que se dá, vale muito mais do que aquilo que se dá.
- 3 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.
- 4 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da folha de respostas.
- 5 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de provas.
- 6 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou na folha de respostas poderá implicar a anulação das suas provas.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o estabelecido em edital.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet — www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.



- De acordo com o comando a que cada um dos itens a seguir se refira, marque na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.
- Sempre que utilizadas, as siglas subsequentes devem ser interpretadas com a significação associada a cada uma delas, da seguinte forma: CF = Constituição Federal de 1988; CLT = Consolidação das Leis do Trabalho; INSS = Instituto Nacional do Seguro Social; LER/DORT = lesão por esforço repetitivo/distúrbio osteomuscular relacionado ao trabalho; OIT = Organização Internacional do Trabalho; PCMSO = programa de controle médico de saúde ocupacional; RENAST = Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador; RGPS = regime geral da previdência social; RPPS = regime próprio de previdência social dos servidores públicos federais; STJ = Superior Tribunal de Justiça; SUS = Sistema Único de Saúde.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto para os itens de 1 a 10

A Revolta da Vacina

O Rio de Janeiro, na passagem do século XIX para o século XX, era ainda uma cidade de ruas estreitas e sujas, saneamento precário e foco de doenças como febre amarela, varíola, tuberculose e peste. Os navios estrangeiros faziam questão de anunciar que não parariam no porto carioca e os imigrantes recém-chegados da Europa morriam às dezenas de doenças infecciosas.

Ao assumir a presidência da República, Francisco de Paula Rodrigues Alves instituiu como meta governamental o saneamento e reurbanização da capital da República. Para assumir a frente das reformas, nomeou Francisco Pereira Passos para o governo municipal. Este, por sua vez, chamou os engenheiros Francisco Bicalho para a reforma do porto e Paulo de Frontin para as reformas no centro. Rodrigues Alves nomeou ainda o médico Oswaldo Cruz para o saneamento.

O Rio de Janeiro passou a sofrer profundas mudanças, com a derrubada de casarões e cortiços e o consequente despejo de seus moradores. A população apelidou o movimento de o “bota-abaixo”. O objetivo era a abertura de grandes bulevares, largas e modernas avenidas com prédios de cinco ou seis andares.

Ao mesmo tempo, iniciava-se o programa de saneamento de Oswaldo Cruz. Para combater a peste, ele criou brigadas sanitárias que cruzavam a cidade espalhando raticidas, mandando remover o lixo e comprando ratos. Em seguida o alvo foram os mosquitos transmissores da febre amarela.

Finalmente, restava o combate à varíola. Autoritariamente, foi instituída a lei de vacinação obrigatória. A população, humilhada pelo poder público autoritário e violento, não acreditava na eficácia da vacina. Os pais de família rejeitavam a exposição das partes do corpo a agentes sanitários do governo.

A vacinação obrigatória foi o estopim para que o povo, já profundamente insatisfeito com o “bota-abaixo” e insuflado pela imprensa, se revoltasse. Durante uma semana, enfrentou as forças da polícia e do exército até ser reprimido com violência. O episódio transformou, no período de 10 a 16 de novembro de 1904, a recém-reconstruída cidade do Rio de Janeiro em uma praça de guerra, onde foram erguidas barricadas e ocorreram confrontos generalizados.

Internet: <www.ccs.saude.gov.br> (com adaptações).

Com base na leitura do texto acima, julgue os itens de 1 a 5.

- O texto faz um histórico da Revolta da Vacina, ocorrida no Rio de Janeiro, mostrando explicitamente o ponto de vista do autor acerca do tema.
- Caso se retire a conjunção “e” (l.5) e se coloque, em seu lugar, um ponto final seguido de letra maiúscula, não se altera a interpretação do texto.
- Mantém-se o sentido do texto e a correção gramatical caso se retire a vírgula que vem logo depois de “Este” (l.12).

4 O texto apresenta marcadores que evidenciam a progressão da narrativa, tais como “Ao mesmo tempo” (l.22) e “Finalmente” (l.27).

5 Na linha 40, a expressão “confrontos generalizados” desempenha a função sintática de complemento de “ocorreram”.

Cada um dos itens a seguir apresenta uma proposta de reescritura do período “A vacinação obrigatória foi o estopim para que o povo, já profundamente insatisfeito com o ‘bota-abaixo’ e insuflado pela imprensa, se revoltasse.” (l.33-35). Julgue-os quanto à correção gramatical e à coerência com as ideias do texto.

- O fato de haver vacinação compulsória, foi apenas mais um dos elementos para que a população do Rio, insatisfeita com o “bota-abaixo” e insuflada pela imprensa, se revoltasse.
- O povo por estar insatisfeito com o “bota-abaixo” e influenciado pela imprensa se revoltou contra a vacina.
- A vacinação obrigatória foi o elemento essencial para que ocorresse a Revolta da Vacina, embora a população já estivesse muito insatisfeita com o “bota-abaixo” e sendo insuflada pela imprensa.
- A população do Rio fez uma revolta por causa da vacinação obrigatória, uma vez que já estava insatisfeita com o “bota-abaixo” e insuflada pela imprensa.
- O fato de a vacinação contra a varíola ser obrigatória levou o povo a se revoltar, embora houvesse outros motivos, tais como o “bota-abaixo”, além da motivação da imprensa.

No que se refere à ética no serviço público, julgue os itens a seguir.

- O mandato dos membros da comissão de ética pública será de dois anos, não sendo permitidas reconduções.
- A secretaria executiva da comissão de ética pública será vinculada à Casa Civil da Presidência da República.
- Qualquer cidadão poderá provocar a atuação da comissão de ética pública visando à apuração de infração ética imputada a agente público, órgão ou setor específico de ente estatal.
- Pessoas que exercem cargos de natureza eventual, temporária ou excepcional não podem ser submetidas a procedimentos de apuração por meio da comissão de ética pública.
- Qualquer procedimento instaurado para apuração de prática em desrespeito às normas éticas deverá ser mantido com a chancela de reservado, até que seja concluído.
- As penalidades de demissão, suspensão ou advertência devem ser aplicadas pela comissão de ética pública quando forem constatados, apurados e comprovados ilícitos penais, civis, de improbidade administrativa ou de infração disciplinar.
- Os agentes públicos que estejam em gozo de licença não poderão ser submetidos às normas do código de ética.
- Toda ausência injustificada do servidor ao seu local de trabalho é fator de desmoralização do serviço público.
- Uma perseguição sofrida por um servidor por parte de seu chefe imediato é motivo justo para a alteração no trato desse servidor com o público e com seus colegas de trabalho.
- É dever do servidor público comunicar imediatamente a seus superiores todo e qualquer ato ou fato contrário ao interesse público, exigindo as providências cabíveis.

A respeito do direito constitucional, julgue os itens seguintes.

- 21 O direito à vida compreende somente o direito de uma pessoa de continuar viva.
- 22 A liberdade de manifestação do pensamento não constitui um direito absoluto.
- 23 Quando um jornalista denuncia fatos de interesse geral, como os relacionados às organizações criminosas especializadas no desvio de verbas públicas, está juridicamente desobrigado de revelar a fonte da qual obteve suas informações.
- 24 A desapropriação rural por interesse social para fins de reforma agrária pode ser executada pela União e pelos estados membros.
- 25 O filho do embaixador da China no Brasil, caso nasça em território nacional, é considerado brasileiro nato.
- 26 Um brasileiro naturalizado pode tomar posse em um cargo de juiz federal.

A respeito da administração pública, julgue os itens subsequentes.

- 27 O INSS está inserido na administração direta do Estado.
- 28 É possível a acumulação remunerada de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.
- 29 O prazo de validade de um concurso público é de três anos, podendo ser prorrogado duas vezes, por igual período.
- 30 Ao servidor que ocupe exclusivamente cargo em comissão será aplicado o regime geral de previdência social.

Acerca do direito administrativo, julgue os itens a seguir.

- 31 Segundo a Escola Legalista, o direito administrativo pode ser conceituado como o conjunto de leis administrativas vigentes em determinado país, em dado momento.
- 32 O sistema administrativo ampara-se, basicamente, nos princípios da supremacia do interesse público sobre o particular e da indisponibilidade do interesse público pela administração.
- 33 A jurisprudência não é fonte de direito administrativo.
- 34 Povo, território e governo soberano são elementos do Estado.

Julgue os itens de 35 a 38, a respeito dos agentes públicos.

- 35 A demissão ou a destituição de cargo em comissão, por valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública, não incompatibiliza o ex-servidor para nova investidura em cargo público federal, pelo prazo de cinco anos.
- 36 A investidura é o ato pelo qual o agente público vincula-se ao Estado. A investidura política realiza-se, em regra, por eleição direta ou indireta, mediante sufrágio universal, ou restrito a determinados eleitores, na forma da CF, para mandatos nas corporações legislativas ou nas chefias do Poder Executivo.

- 37 Na remoção de ofício, é o próprio interesse público que exige a movimentação do servidor, dentro do mesmo quadro a que pertence, para outra localidade ou não.

- 38 A punição administrativa do agente público depende do processo civil ou criminal a ser instaurado pela mesma falta disciplinar.

Acerca da organização administrativa da União, julgue os itens que se seguem.

- 39 Às autarquias não deve ser outorgado serviço público típico.
- 40 Os atos dos dirigentes das entidades paraestatais não se sujeitam ao mandado de segurança e à ação popular, porque essas entidades têm personalidade de direito privado.

Acerca do controle e responsabilização da administração, julgue os próximos itens.

- 41 No controle jurisdicional do ato disciplinar, compete ao Poder Judiciário apreciar a regularidade do procedimento à luz dos princípios do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal, podendo proceder a incursões no mérito administrativo, mesmo porque a CF assegura que não se excluirá da apreciação jurisdicional ameaça ou lesão a direito.
- 42 Para a configuração do ato de improbidade decorrente de lesão a princípios administrativos, não se exige a existência de dano ou prejuízo material.

Com relação aos serviços públicos, julgue os itens a seguir.

- 43 Os serviços públicos propriamente ditos são aqueles em que a administração pública, reconhecendo sua conveniência para os membros da coletividade, presta-os diretamente ou permite que sejam prestados por terceiros, nas condições regulamentadas e sob seu controle.
- 44 A delegação do serviço público pode ser feita sob as modalidades de concessão, permissão e autorização.
- 45 As fundações autárquicas, as empresas públicas e as sociedades de economia mista são espécies de entidades paraestatais.
- 46 O serviço público, ao ser concedido ao particular, que o executa por sua conta e risco, remunerando-se por tarifas, passa a caracterizar-se como sendo privado.
- 47 A permissão é discricionária e precária, embora possam esses atributos ser mitigados em certos casos, diante do interesse administrativo.

Acerca do ato administrativo, julgue os itens seguintes.

- 48 O ato administrativo pode ser perfeito, válido e ineficaz.
- 49 A alteração da finalidade do ato administrativo expressa na norma legal ou implícita no ordenamento da administração caracteriza o desvio de poder.
- 50 O ato administrativo pendente pressupõe um ato perfeito.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Uma paciente de 56 anos de idade, obesa, submetida há 10 dias à cirurgia bariátrica, deu entrada ao pronto atendimento com queixa de dor torácica do tipo pleurítica, há dois dias. O quadro no momento apresenta piora da dor, acompanhada de dispnéia súbita e intensa, embora mostrasse estabilidade hemodinâmica com exame físico normal. O ecocardiograma indicou hipocinesia do ventrículo direito e pressão de artéria pulmonar de 40 mmHg. A dosagem de CKMB massa e troponina, RX de tórax e o eletrocardiograma solicitados estavam normais.

Com base nesse caso clínico, julgue os itens a seguir.

- 51 Os resultados normais do D-dímero (ELISA) e da gasometria arterial descartam o diagnóstico de tromboembolismo pulmonar nessa paciente.
- 52 Nessa situação, caso se confirme pelo Doppler de membros inferiores o diagnóstico de trombose venosa profunda, deve-se iniciar anticoagulação sistêmica.

Um paciente de 33 anos de idade, com febre há dois dias, apresenta tosse produtiva e dor pleurítica. O exame físico apresenta os seguintes resultados: FC 104 bpm; PA 110 mmHg × 70 mmHg; 26 respirações por minuto; 94% de saturação de oxigênio (ar ambiente); 39 °C de temperatura; ausculta cardíaca normal e ausculta pulmonar com crepitações em base pulmonar esquerda. O RX de tórax revela consolidação parenquimatosa em lobo inferior esquerdo.

A partir desse caso clínico, julgue os seguintes itens.

- 53 Os dados expostos sugerem diagnóstico de pneumonia, dispensando a realização de outros exames complementares.
- 54 Nessa situação, é indicado, como primeira opção de tratamento, quinolona com espectro anti-pneumocócico, por via oral, sem necessidade de permanência no pronto socorro, nem da 1.ª dose IV da quinolona.

Acerca do diabetes melito tipo 2 (DM 2), julgue os itens que se seguem.

- 55 As complicações macrovasculares do DM 2 também estão associadas ao estado hiperglicêmico pós-prandial.
- 56 A meta desejável para a hemoglobina glicada (A1C) é a do nível A1C < 7,0%, conforme posicionamento oficial atual da Sociedade Brasileira de Diabetes.

Uma paciente de 72 anos de idade relata ter percebido, ao acordar 2 horas atrás, redução da força em membros superior e inferior esquerdos com desvio de rima à direita. Os familiares relatam que a paciente, ao adormecer na noite anterior, estava normal. Apresenta antecedente de diabetes e hipertensão arterial sistólica isolada. Ao exame clínico, apresenta-se lúcida e orientada no tempo e espaço, com pressão arterial de 176 mmHg × 80 mmHg. O exame físico revela hemiparesia esquerda completa proporcionada, com redução da força muscular. Os demais dados do exame físico e neurológico não apresentam alterações significativas. A tomografia de crânio, sem contraste, é normal.

Considerando a situação hipotética acima, julgue o próximo item.

- 57 O quadro em questão teve início duas horas atrás, quando a paciente acordou, pois é o primeiro horário que a doente foi vista em condições anormais.

Acerca das diretrizes de apoio à conduta médico pericial do INSS em relação aos seus segurados, julgue os itens subsequentes.

- 58 O tratamento para hepatite C pode ser temporariamente incapacitante. A presença de adinamia, vômitos, diarreia ou artralgia, justifica o afastamento do trabalho por 30 a 60 dias, a partir da instituição da medicação.
- 59 De acordo com a conduta médico pericial do INSS, os motoristas segurados portadores de microangiopatia grave e irreversível estarão definitivamente inaptos.
- 60 Na doença do refluxo gastro-esofágico (DRGE), o broncoespasmo incapacitante, secundário a DRGE, permite afastamento do trabalho por período de, no máximo, trinta dias.
- 61 Na artrite reumatóide, em razão de seus períodos de remissão e exacerbação, registrar as articulações comprometidas e a restrição aos movimentos não tem valor comprobatório de resposta ao tratamento instituído.
- 62 Portadores de lúpus eritematoso sistêmico que exerçam atividades sob exposição solar deverão ser afastados de suas funções.
- 63 No aspecto pericial, entende-se por estabilização clínica no hipertireoidismo a compensação metabólica após o início do tratamento medicamentoso, bem como a normalização dos níveis de T3 e T4, mesmo que o TSH ainda permaneça suprimido.

Segurado do INSS, pedreiro, 50 anos de idade, com infarto do miocárdio há 1 ano, ocasião em que se decidiu pelo tratamento clínico devido à impossibilidade técnica de revascularização miocárdica, apresenta há 6 meses um quadro de dispnéia aos esforços maiores que os habituais. Há 3 meses, o quadro evoluiu para dispnéia aos médios esforços. Atualmente, apresenta dispnéia aos mínimos esforços, a despeito do uso regular da medicação preconizada para sua condição e em doses máximas, embora negue dor precordial. O exame físico apresenta os seguintes resultados: FC 68 bpm; PA 90 mmHg × 70 mmHg; turgência jugular a 30°; estertores crepantes bibasais; *ictus cordis* propulsivo, ritmo cardíaco em 3 tempos (B3); sem edema de membros inferiores. O ecocardiograma apresenta fração de ejeção de 33% e o eletrocardiograma mostra ritmo sinusal com bloqueio de ramo esquerdo.

Com base nesse caso clínico, julgue os itens a seguir.

- 64 Trata-se de um paciente que pode ser aposentado por doença grave especificada em lei.
- 65 Nesse caso, a fração de ejeção poderia, isoladamente, configurar esta condição médico-pericial. Na maioria dos casos, entretanto, é necessária uma avaliação conjunta dos diversos dados do exame clínico e dos achados complementares para melhor conceituá-la.
- 66 A terapêutica com carvedilol, enalapril e espironolactona está associada à redução da mortalidade em casos semelhantes ao apresentado nessa situação.

De acordo com a Lei Orgânica da Assistência Social e o Decreto n.º 1.744/1995, julgue os itens que se seguem.

- 67** O benefício de prestação continuada é a garantia de 1 salário mínimo mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso com 70 anos de idade ou mais e que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção e nem de tê-la provida por sua família.
- 68** O benefício de prestação continuada deverá ser revisto a cada 5 anos, para reavaliar as condições que lhe deram origem.

Considerando as diretrizes do Ministério da Saúde, em relação à dengue, julgue os próximos itens.

- 69** São indicações para internação: dor abdominal intensa e contínua; vômitos persistentes; hipotensão postural; hipotermia; hemorragias ou diminuição da diurese.
- 70** A prova do laço deverá ser realizada em todos os casos suspeitos. Essa prova é considerada positiva quando houver 10 ou mais petéquias em uma área ao redor do polegar de um adulto.

Em relação a epidemiologia, julgue os seguintes itens.

- 71** A história natural das doenças pode ser subdividida em quatro fases: susceptibilidade, patológica pré-clínica, clínica e de incapacidade residual.
- 72** Considerando o tabagismo e o câncer de pulmão, tem-se evidências científicas dos seguintes critérios de causalidade: consistência da associação, temporalidade, efeito dose-resposta e plausibilidade biológica.

Quanto à legislação referente ao SUS, julgue os itens seguintes.

- 73** Compete exclusivamente à União elaborar as normas técnicas e estabelecer os padrões de qualidade e parâmetros de custos que caracterizam a assistência à saúde.
- 74** Compete à direção estadual do SUS coordenar e, em caráter complementar, executar ações e serviços de vigilância epidemiológica.
- 75** Caberá à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios financiar, com recursos próprios, o subsistema de atenção à saúde indígena.
- 76** Não se incluem na modalidade de assistência de atendimento e internação domiciliares os procedimentos médicos.
- 77** Os serviços de saúde do SUS, da rede própria ou conveniada, ficam obrigados a permitir a presença, junto à parturiente, de um acompanhante durante todo o período de trabalho de parto, parto e pós-parto imediato, indicado pela própria parturiente.

Acerca das portarias do Ministério da Saúde, julgue os itens que se seguem.

- 78** A RENAST tem por fundamento, entre outros, a necessidade de articular, no âmbito do SUS, ações de prevenção, promoção e recuperação da saúde dos trabalhadores urbanos e rurais, independentemente do vínculo empregatício e tipo de inserção no mercado de trabalho.
- 79** Na gestão plena da atenção básica, cabe ao município garantir o atendimento ao acidentado do trabalho e ao suspeito ou portador de doença profissional ou do trabalho, exclusivamente por meio de rede própria, dentro de seu nível de responsabilidade de atenção, assegurando todas as condições necessárias para o acesso aos serviços de referência, sempre que a situação exigir.
- 80** O acompanhamento de pacientes portadores de sequelas relacionadas ao trabalho está incluído no subsistema de autorização de procedimentos ambulatoriais de alta complexidade/custo.
- 81** De acordo com a portaria de regência, lesões por esforços repetitivos, pneumoconioses e perda auditiva induzida por ruído são exemplos de agravos de notificação compulsória em rede de serviços sentinela específica, no SUS.
- 82** Para a estruturação da RENAST, serão organizadas e implantadas, entre outras, ações na rede de Atenção Básica e no Programa de Saúde da Família.

Acerca das disposições constantes na CLT, julgue os itens subsequentes.

- 83** A legislação distingue o trabalho realizado no estabelecimento do empregador e o executado no domicílio do empregado, desde que esteja caracterizada a relação de emprego.
- 84** Em regra, os preceitos constantes da CLT não se aplicam aos trabalhadores rurais, assim considerados aqueles que, exercendo funções diretamente ligadas à agricultura e à pecuária, não sejam empregados em atividades que, pelos métodos de execução dos respectivos trabalhos ou pela finalidade de suas operações, classifiquem-se como industriais ou comerciais.
- 85** Os profissionais liberais, as instituições de beneficência, as associações recreativas ou outras instituições sem fins lucrativos que admitirem trabalhadores como empregados equiparam-se ao empregador, para os efeitos exclusivos da relação de emprego.

No que se refere à legislação do trabalho, julgue os itens seguintes.

- 86 O PCMSO deverá ter caráter de prevenção, rastreamento e diagnóstico precoce dos agravos à saúde relacionados ao trabalho, inclusive de natureza subclínica, além da constatação da existência de casos de doenças profissionais ou danos irreversíveis à saúde dos trabalhadores.
- 87 O custeio dos procedimentos relacionados ao PCMSO deve ser repartido entre empregador e empregado.
- 88 Os trabalhos realizados a céu aberto, pela sua própria natureza, não exigem a instalação de abrigos.
- 89 Compete exclusivamente às delegacias regionais do trabalho a fiscalização do cumprimento das normas regulamentadoras rurais.
- 90 Constitui falta grave a recusa injustificada do empregado ao cumprimento das disposições das normas regulamentadoras rurais.

Considerando a legislação brasileira e as convenções internacionais da OIT acerca da saúde do trabalhador, julgue os itens que se seguem.

- 91 A competência do SUS para executar as ações de saúde do trabalhador está expressa na CF.
- 92 Cabe ao SUS participar da normatização, fiscalização e controle dos serviços de saúde do trabalhador nas instituições e empresas públicas e privadas.
- 93 Os inspetores do trabalho, desde que devidamente identificados, estão autorizados a entrar livremente e sem prévia notificação, a qualquer hora do dia ou da noite, em qualquer estabelecimento sujeito a inspeção, para retirar amostras de substâncias e materiais manipulados no estabelecimento.
- 94 A expressão serviços de saúde no trabalho designa um serviço investido de funções preventivas, assistenciais e de reabilitação, encarregado de informar ao empregador, aos trabalhadores e aos seus representantes na empresa os requisitos necessários para a melhor adaptação dos trabalhadores ao ambiente de trabalho.
- 95 Os empregadores estão obrigados, dentro do possível, a garantir que os agentes e as substâncias químicas, físicas e biológicas que estiverem sob seu controle não envolvam riscos para a saúde do trabalhador.
- 96 A OIT define como risco físico vibração todo tipo de energia vibratória transmitida ao organismo humano por estrutura sólida ou líquida e que seja nociva à saúde.

Acerca das doenças ocupacionais, julgue os itens de 97 a 100.

- 97 Fadiga física, trabalho em turnos, situações de conflito e de estresse, exigências de produtividade, controle excessivo e relações de trabalho despóticas são fatores relacionados com a organização do trabalho que têm sido considerados responsáveis pela crescente ocorrência de problemas e queixas gastrointestinais entre os trabalhadores, como quadros de dor epigástrica, regurgitação e aerofagia, diarreia e úlcera péptica.

- 98 Considere que trabalhadores que manipularam graxas e óleos minerais tenham desenvolvido dermatite erosiva ocupacional. Nesse caso, é recomendável a limpeza da pele afetada com sabões abrasivos como medida adequada para a profilaxia contra a infecção secundária.
- 99 A perfuração da membrana do tímpano é uma forma grave do barotrauma do ouvido externo, decorrente de súbito aumento da pressão do ar ambiental.
- 100 As neoplasias malignas do pâncreas relacionadas ao trabalho acometem preferencialmente o pâncreas endócrino.

Julgue os próximos itens, relativos a indicadores de saúde relevantes para a saúde do trabalhador.

- 101 No Brasil, em 2007, o número de doenças ocupacionais registradas superou o número de acidentes de trajeto.
- 102 Em 2006, as doenças profissionais com maior número de registros no Brasil foram as sinovites e tenossinovites de membros superiores.
- 103 A taxa de acidentalidade proporcional específica para determinada faixa etária expressa o risco específico que esse subgrupo populacional de trabalhadores tem de se acidentar e é calculada pela comparação entre o número de acidentes nessa faixa etária e aqueles ocorridos nas outras faixas etárias.

Acerca de perícia médica, julgue os itens a seguir.

- 104 Para a concessão dos benefícios de pensão por morte, decorrente ou não de acidente de trabalho, pensão por auxílio-reclusão e de amparo social à pessoa portadora de deficiência, a atuação da perícia médica se restringe à comprovação de invalidez em dependente maior.
- 105 Na avaliação da capacidade para os atos da vida civil, considera-se alienação mental todo caso de distúrbio mental ou neuro-mental grave e persistente no qual, esgotados os meios habituais de tratamento, permaneça alteração completa ou considerável da personalidade, destruindo a autodeterminação e o pragmatismo e tornando o indivíduo total e permanentemente inválido para qualquer trabalho. Nesse caso, o incapaz só pode exercer seus direitos por meio de representante legal.
- 106 Os trabalhadores expostos à radiação ionizante podem se aposentar após 25 anos de trabalho. Nos casos em que haja comprovada exposição ocupacional acima dos limites de tolerância estabelecidos, esses trabalhadores fazem jus à aposentadoria especial com 15 anos de trabalho.
- 107 O trabalhador exposto à vibração fará jus à aposentadoria especial sempre que houver exposição de corpo inteiro e nas atividades em que se utilizam perfuratrizes e marteletes pneumáticos.

Uma bancária de 27 anos de idade queixa-se de dor e aumento da tensão na musculatura de regiões cervical e dorsal. Durante o exame físico, apresenta pontos dolorosos e bandas musculares na porção superior do músculo trapézio, que, quando estimulados ou pressionados, reproduzem o padrão da dor referida.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens seguintes.

- 108** As características dos pontos dolorosos apresentados pela paciente em questão sugerem que sejam pontos-gatilho. Quando presentes na área de referência da dor, esses pontos-gatilho são considerados ativos. Entretanto, quando se encontram apenas em áreas assintomáticas, são classificados como latentes.
- 109** Estudos sugerem que o diagnóstico mais provável para essa paciente — definido como uma afecção álgica do aparelho músculo-tendíneo-ligamentar que acomete músculos, tendões, fâscias e ligamentos — está presente na grande maioria dos pacientes com LER/DORT.
- 110** Fatores como fadiga e isquemia muscular localizada, causados por contração estática, repetições, posturas inadequadas, além de estresse emocional, podem estar envolvidos na gênese do quadro apresentado pela paciente em apreço.

Acerca da estrutura dada pela CF e pelas normas infraconstitucionais à seguridade social, julgue os itens seguintes.

- 111** É perfeitamente admissível que se estabeleça uma base única de financiamento para a seguridade social, desde que a administração do sistema se mantenha democrática e descentralizada.
- 112** É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos beneficiários do RGPS, ressalvados os casos de atividades exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física e quando se tratar de segurados portadores de necessidades especiais, nos termos definidos em lei complementar.

Cada um dos itens de **113** a **116** apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada com relação ao RGPS e ao RPPS.

- 113** João aposentou-se pelo RPPS em 16/11/2009 e, a partir de então, passou a prestar consultoria a diversas empresas do Distrito Federal, atividade que não interrompeu mesmo após a sua contratação para trabalhar em missão diplomática norte-americana localizada no Brasil. Nessa situação, João é segurado obrigatório do RGPS, ainda que já receba aposentadoria oriunda de regime próprio de previdência.

- 114** Lucas entrou no gozo de aposentadoria pelo RPPS em 16/11/2009. Nessa situação, Lucas poderia ter optado por filiar-se ao RGPS na qualidade de segurado facultativo, mediante ato volitivo de inscrição e pagamento da primeira contribuição.
- 115** Denise requereu exoneração do cargo que ocupava na administração pública federal, fato que se consumou em 16/11/2009. A partir dessa data, ela passou a viajar pelo Brasil, sem exercer qualquer atividade econômica, e não se filiou ao RGPS na qualidade que lhe seria legalmente permitida então. Nessa situação, se sofrer um acidente em 27/12/2010, Denise não poderá pleitear, perante o INSS, nenhum benefício por incapacidade, pois não possuirá a qualidade de segurado.
- 116** Pedro foi contratado para prestar serviços no Brasil, em missão diplomática norte-americana. Nessa situação, Pedro será segurado obrigatório da previdência social brasileira, ainda que a legislação previdenciária dos Estados Unidos da América expressamente lhe confira proteção.

A respeito dos benefícios e serviços mantidos pelo INSS, julgue os itens que se seguem.

- 117** Prevalece no STJ o entendimento de que a mulher que renunciou aos alimentos na separação judicial tem direito a pensão previdenciária por morte do ex-marido, comprovada a necessidade econômica superveniente.
- 118** De acordo com o entendimento do STJ, a renda mensal inicial da aposentadoria por invalidez concedida por transformação de auxílio-doença será de 100% do salário-de-benefício que serviu de base para o cálculo da renda mensal inicial do auxílio-doença, reajustado pelos mesmos índices de correção dos benefícios em geral.
- 119** Se determinada pessoa, que nunca exerceu atividade econômica nem contribuiu como segurado facultativo, tiver ingressado no RGPS em 5/2/2010, na qualidade de empregado, fraturar a perna direita em uma partida de futebol, ela não fará jus a auxílio-doença, pois ainda não terá completado o período de carência indispensável à concessão do benefício.
- 120** Excluído o transporte do acidentado, ainda que necessário, o serviço de reabilitação profissional compreende o fornecimento de aparelho de prótese, órtese e instrumentos de auxílio para locomoção quando a perda ou redução da capacidade funcional puder ser atenuada por seu uso, bem como dos equipamentos necessários à habilitação e reabilitação social e profissional.